

## RESENHA<sup>\*</sup>

---

OLIVEIRA, Julio Cesar Magalhães de. *Sociedade e cultura na África Romana: oito ensaios e duas traduções*. São Paulo: Intermeios, 2020. 252p.

Amanda Reis dos Santos<sup>\*\*</sup>

Lançado no segundo semestre de 2020, *Sociedade e cultura na África Romana* traz um compilado de oito ensaios e duas traduções comentadas, resultado de pesquisas, apresentações de trabalho em eventos e publicações de longa data do professor de História Antiga da Universidade de São Paulo Julio Cesar Magalhães de Oliveira. Dentre seus dez capítulos, o leitor pode desfrutar de dois capítulos inéditos e de oito textos já total ou parcialmente lançados em periódicos e outros livros. O resultado é uma miríade de artigos que exploram um campo ainda pouco investigado pela historiografia brasileira: relações socioeconômicas no Norte da África, apresentadas a partir de variados documentos (literários e materiais) e de perspectivas que extrapolam a elite, em uma verdadeira história que privilegia as classes subalternas.

Aos que pouco conhecem esse amplo recorte geográfico, étnico e cultural no escopo da História Antiga, o livro já se mostra de grande valia logo na introdução: nela, delimita-se o que foi o Norte da África em seus mais variados aspectos – ambiental, linguístico, político, econômico, religioso e territorial, passando por questões como a colonização de algumas de suas regiões; as conquistas romanas; seu processo de cristianização, dentre outras. Um sobrevoo na introdução revela, ainda, o importante debate sobre as mudanças de olhar da História e da Arqueologia em relação ao Norte da África a partir do século XIX. Porém, apesar da riqueza de detalhes que a história desse território apresenta, o historiador deixa claro que seus artigos não contemplarão todo

---

\* Recebido em: 15/03/2021 e aceito em: 25/04/2021.

\*\* Mestre em História Comparada pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ). Membro do Laboratório de História Antiga da mesma instituição (Lhia-UFRJ).

o perímetro africano, concentrando-se na província augustana da África Proconsular, incluindo a Numídia e a Tripolitânia – correspondentes ao nordeste da Argélia, Tunísia e ao norte da Líbia até o deserto oriental.

Exposto esse panorama inicial, o primeiro capítulo, “Nomadismo e pastoreio”, discute a dicotomia existente entre nômades e sedentários, não apenas apresentando o que a historiografia tradicional, marcada por essencialismos, já desenvolveu a respeito, como também oferecendo novas perspectivas para o estudo do pastoralismo no Norte da África Antiga. Como definir esses dois grupos? Que fatores explicam a dificuldade de estudá-los por si próprios? Foram eles, na Antiguidade, homogêneos – atravessados por uma espécie de imutabilidade ao longo da história –, dotados de fronteiras bem definidas? Que tipo de reducionismo geralmente surge das fontes, quando investigadas de maneira incompleta? Em última instância, o que os vestígios materiais elucidam sobre as relações comerciais entre a África e o Mediterrâneo? Essas são algumas das perguntas que guiam o capítulo, e das muitas respostas que se seguem, uma é particularmente digna de nota: a inexorável relação entre passado e presente contribuiu para a consolidação de visões estereotipadas acerca do nomadismo, sedentarismo, da agricultura e pastoreio, das quais é preciso se desfazer.

De pastores e agricultores, Magalhães de Oliveira passa à história social do exército em “O forte romano de Gholiaia (Bu Njem)”, o segundo capítulo, destacando a potencialidade dos estudos sobre o tema a partir de sítios militares no Norte da África Antiga. Em seguida, um intenso debate: os soldados que ocuparam a região, afinal, provocaram mudanças significativas na vida das populações locais ou pouco impacto tiveram? A produção e a economia foram afetadas? Alinhado à revisão historiográfica que se deu entre as décadas de 1970 e 1980 sobre o assunto, cujo marco teria sido a atenuação do binarismo *assimilação versus resistência* entre nativos e colonizadores romanos, o autor destaca, como o título sugere, a construção e ocupação do forte romano fronteiriço de Gholiaia, no século III d.C. Por meio da cultura material, são delineadas as relações sociais entre nativos, romanos e mesmo nômades na região – uma rica história do cotidiano que revela um contato muito mais simbiótico do que hostil entre esses grupos.

O terceiro capítulo expõe traduções críticas e comentadas de algumas das grandes inscrições descobertas em propriedades imperiais do vale do rio Bagradas (atual Tunísia), entre os séculos II e III d.C. – a saber, a de *Henchir*

*Mettich*, de *Ain el-Djemala*, de *Ain Ouassel*, de *Lella Drebbia* e de *Souk el-Khemis*. De cunho regulamentar, a importância desses documentos epigráficos se deve às informações que trazem sobre as possibilidades de ocupação e exploração de propriedades fundiárias imperiais incultas por camponeses (*coloni*) – algo que certamente contribui para o acúmulo de conhecimento acerca das relações socioeconômicas entre esses meeiros, representantes do imperador (*conductores*), procuradores e o próprio imperador.

Em “Camponeses e cultura escrita”, o quarto capítulo do livro, Magalhães de Oliveira se propõe a desmistificar um postulado comum entre os historiadores, embora carente de dados sólidos: o de que a maioria dos camponeses na Antiguidade sempre foi incapaz de ler ou escrever. Tomando como ponto de partida as rebeliões dos chamados “circuncelões” na década de 340 d.C., o historiador demonstra como a palavra escrita poderia assumir diferentes significados e ser apropriada, em ocasiões de revoltas e protestos populares, por aqueles supostamente considerados analfabetos. Partindo dessa premissa, ele guia esse capítulo a partir dos seguintes questionamentos: como a cultura escrita se difundiu no campo, no Norte da África, durante o período romano? De que forma os camponeses lançaram mão dessa modalidade de expressão? Que articulações podem ser visualizadas entre escrita e protesto no contexto cristão?

O quinto capítulo continua seguindo a tendência dos precedentes – isto é, demonstrar os benefícios de articulação entre o uso da documentação material e o da documentação escrita em trabalhos historiográficos, desde que deixando de hierarquizar-las entre si, tal como alguns estudos fizeram no passado. Em “Trabalho e sociabilidade plebeia”, a proposta é, pelo contrário, que um tipo de fonte seja capaz de iluminar mutuamente o outro – para que, assim, possam ser desenvolvidas as seguintes problemáticas: quais eram as condições de vida, de trabalho, de cooperação e sociabilidade entre trabalhadores, artesãos e pequenos comerciantes em Timgad e Cartago? Como se deu a ocupação do território – em termos habitacionais e “industriais”, para usar o termo dos primeiros escavadores da região – em alguns de seus bairros? O autor responde lançando mão tanto de escavações realizadas em sítios arqueológicos de ambas as cidades quanto de escritos de Apuleio de Madaura e Agostinho de Hipona.

“Grupos, identidades e estratégias sociais”, por sua vez, demonstra o alinhamento de Magalhães de Oliveira ao que existe de mais atualizado em

História Social: a percepção de que identidades são fluidas, mesmo quando compartilhadas por um mesmo grupo de indivíduos, com valores em comum – e, evidentemente, as classes subalternas não fogem a esse esquema. É o que ele demonstra por dois vieses: um debate historiográfico sobre pertencimento grupal – cristãos adotando ou abandonando identidades religiosas a partir de determinadas conjunturas, necessidades; e uma análise de como o tema pode ser estudado a partir de sermões de Agostinho de Hipona. Aliás, como já escrevera em outros trabalhos – como em *O “clamor do pobre” e o “poder do povo”* (2013) –, a potencialidade dessa virada teórica é ímpar, já que contribuiu para que a Antiguidade Tardia deixasse de ser encarada como um momento de ruptura com o período anterior. Uma das maiores lições que esse capítulo deixa, assim, é a de que ser cristão na África dos séculos IV e V não era uma essência, mas uma estratégia – que se confundia, por exemplo, com a própria noção de pertencimento cívico.

Em seguida, em “*As Atas de Munácio Félix e a perseguição de Diocleciano na África*”, o sétimo capítulo, o autor retoma o trabalho de tradução crítica – desta vez, no contexto da última (e imprevisível) grande repressão aos cristãos no início do século IV d.C. Tendo resultado em divisões doutrinárias, o período acabou legando uma série de documentos que expressavam tais cisões – um deles, as referidas atas. Concernente a um processo que registrava a busca e o confisco dos bens da Igreja de Cirta, na Numídia, o documento revela os conflitos entre aqueles que se renderam e os que resistiram aos atos autoritários de Diocleciano; a composição burocrática da Igreja local e um catálogo de suas posses; informações sobre empregados braçais que ali trabalhavam; detalhes sobre a hierarquia eclesiástica, dentre outras questões. A disponibilidade do documento em Língua Portuguesa, sem dúvida, pode agregar muito às pesquisas sobre o cotidiano da *ecclesia* norte-africana, bem como sobre seu funcionamento administrativo, social e econômico.

Ainda nesse contexto, “*Dos arquivos da Perseguição às Histórias de Mártires*” relata as reapropriações da literatura martirológica dos primeiros séculos da Antiguidade em ocasiões de polêmicas e cisões entre católicos e donatistas entre os séculos IV e V. Documentos como as *Atas* de martírios no Norte da África, à primeira vista, evidenciaríamos apenas a profunda relação entre escrita, oralidade e o cotidiano nos tribunais romanos durante os anos de perseguição, em que se conseguiria visualizar desde como processos se desenrolavam até as funções da burocracia jurídica, como a população local

acompanhava os julgamentos e, evidentemente, detalhes sobre o assassinato dos mártires. Exageradas fossem ou não essas narrativas, no entanto, o fato é que se tornaram verdadeiras memórias coletivas. Mais do que isso: guardadas em arquivos públicos, eram fontes encaradas como autênticas – *documentos*, que, não raras vezes, foram retomados em contextos um pouco posteriores em ocasiões de querelas.

Chega-se ao penúltimo capítulo da obra: “Basílicas cristãs e violência religiosa”. Dividindo-o em quatro partes, Magalhães discute episódios em que as diferenças doutrinárias foram muito além da defesa de uma identidade, eclesiologia ou crença específica, resultando em episódios violentos de mobilização popular na África cristã. O objeto da investigação, nesse sentido, centra-se nos edifícios de culto cristãos como potenciais *loci* não só para a definição de uma comunidade, como também para o estopim da violência. Com isso, o leitor consegue um aprofundamento sobre por que e em quais circunstâncias os indivíduos optavam por essa forma de organização para sustentar seus interesses e combater adversários, e, em última instância, também sobre o porquê de as basílicas poderem ter sido seu epicentro.

O livro finda com o instigante tema da mobilização popular, posto por meio do seguinte questionamento: é possível falar a respeito nos conflitos religiosos na África vândala? Nesse sentido, os debates eclesiológicos dos séculos V e VI eram tão somente doutrinários, ou tinham também fins práticos? Clérigos pregavam somente à elite ou a eles interessavam também os pobres e a plebe urbana? O que mudou a partir desses séculos? Primeiramente, o capítulo deixa entrever uma série de documentos que atestam que a massa era de fato arregimentada em ocasião de querelas: aliás, alguns revelam – como no caso de Fulgêncio de Ruspe – que havia um interesse em *formar* os fiéis para que tirassem suas próprias conclusões e respondessem autonomamente no que concernia aos debates religiosos. Porém, não apenas isso: as fontes sugerem que era a própria massa (alfabetizada, pelo menos) que demandava esse tipo de ensino e, por conseguinte, independência nas discussões. O contexto favorecia: a conquista vândala havia alterado o regime de forças políticas, militares e religiosas na África.

Concluindo, o que mais chama atenção ao longo dos capítulos deste livro é o cruzamento entre textos, sítios arqueológicos e artefatos, o que possibilita ao leitor um olhar muito mais dinâmico das relações sociais no Norte da África, tanto no campo quanto na cidade. Não só: a obra prioriza

esses aspectos a partir de uma “história vista de baixo” – isto é, a partir das experiências de nômades, pastores, soldados, trabalhadores urbanos e camponeses –, nem sempre contemplada pela historiografia. Por fim, é inegável a importância dos intensos debates historiográficos apresentados por Magalhães de Oliveira, os quais demonstram como preocupações do presente e registros do passado são, de fato, indissociáveis, suscitando, a cada geração, novos questionamentos. Os debates estão em aberto e há muito o que pesquisar. São aspectos, portanto, que transformam *Sociedade e cultura na África Romana* em um rico material para consulta.